

A TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE DA EDUCAÇÃO DA IGREJA PARA O ESTADO

Marcos Silva
Universidade Federal de Sergipe

RESUMO: O artigo analisa as principais fases do processo histórico, no mundo Ocidental, que resultou na transferência do controle da educação da Igreja para o Estado, evidenciando algumas conseqüências desta viragem histórica.

Os pensadores liberais dos séculos XVII e XVIII para justificar o individualismo possessivo e consequentemente legitimar a propriedade privada, recorreram a demonstrações baseadas no "estado de natureza" que, segundo LOCKE (1983), seria um estado de perfeita liberdade para ordenar as ações dos homens e regular suas posses e as pessoas, dentro dos limites da lei de natureza, que é a razão, independentemente de qualquer coação.

Jean Jacques Rousseau, apesar de recorrer ao mesmo expediente, reconhece que "não se deve considerar as pesquisas, em que se pode entrar neste assunto, como verdades históricas, mas somente como raciocínios hipotéticos e condicionais, mais apropriados a esclarecer a natureza das coisas do que a mostrar a verdadeira origem..." ROUSSEAU (1983: p. 236).

Contemporaneamente, após o desenvolvimento da Antropologia e da Etnologia, seria mais aceitável iniciar uma abordagem onde se procura algum princípio de fundamentação nas primeiras formas de organização social dos seres humanos, considerando as chamadas "comunidades primitivas", que indicaria não apenas uma localização no tempo, mas um conjunto de características que podem ser encontradas em algumas formações sociais ainda hoje.

É fácil perceber que em tais comunidades a educação prescinde da instituição escolar, realizando-se pelo mimetismo das gerações mais jovens em relação aos adultos, e sendo marcada profundamente pelo caráter simbólico da mesma, baseada em rituais de iniciação, de passagem e de revitalização, algumas vezes até em rituais de inversão.

Nestas sociedades, todas as dimensões da existência humana estão profundamente marcadas pela religião, de tal forma que o conhecimento mítico desempenha uma função central em todos os processos educativos, tais como as cosmogonias, os rituais, a aprendizagem de um ofício e as relações com o principal detentor do conhecimento, protótipo do professor, o sacerdote.

Mesmo tomando-se uma perspectiva cronológica, que situaria a origem da civilização em torno de 4000 a 5000 a.C., ocasião em que o "Leviatã" iniciou seu vôo de natureza dominadora, todos os aspectos da existência individual, coletiva e institucional, incluindo o Estado, estavam religiosamente orientados.

Desde o extremo oriente (China), passando pelo oriente médio (Índia) e chegando ao oriente próximo (Fértil Crescente) antigos, todas as grandes civilizações que aí se desenvolveram, caracterizaram-se por forte influência da religiosidade sobre a educação, via de regra confiada aos sacerdotes, reprodutora, dualista e destinada a preservar as tradições.

Na antigüidade clássica, embora em menor grau, também encontramos a influência da religião sobre a educação, fato comprovado pela larga utilização didática dos poemas de Homero e Hesíodo. Não foi sob a acusação de desviar os jovens e afastá-los dos deuses que Sócrates foi condenado à morte?

Durante o medievo, após as invasões bárbaras e a subsequente reconstrução cultural sob a égide do clero e a formação de escolas nos mosteiros, nas paróquias e nas catedrais e o surgimento, a partir destas últimas das Universidades, iniciado por volta do século XII,

determinaram o controle da educação pela Igreja, refletindo o teocentrismo da cosmovisão prevalecente.

Na Idade Moderna, uma série de fatores conjugaram-se para, primeiramente, gerarem o abandono da fundamentação religiosa da educação e em conseqüência, e progressivamente, a retirada das mãos da Igreja do controle da instituição educacional.

Dentre estes fatores arrolam-se o Renascimento e a Reforma Protestante sob influência do pensamento humanista, a formação do Estado moderno, a revolução científica do século XVII, a substituição do problema metafísico pelo problema gnoseológico como principal preocupação filosófica, o movimento iluminista de inspiração liberal, o fortalecimento e ascensão da classe burguesa e o desenvolvimento do sistema econômico capitalista, que acompanhou e se alimentou do conjunto destes fatores ideológicos, sociais, políticos e culturais.

Na realidade, todo este processo tendeu a solapar os fundamentos da civilização ocidental; a religião, a tradição filosófica e a autoridade política, gerando a crise estrutural que veio eclodir no século XX. O pensador francês, [Roger Garaudy](#), numa visão panorâmica, assim sintetiza este processo:

Pela primeira vez, o mundo não se apresenta sob a forma de uma série de respostas, mas, o contrário, de perguntas. A primeira grande curva da história se inicia.

Vem em seguida o fato de que o homem, enquanto indivíduo, não mais se sente esmagado. A afirmação do individualismo é capital.

Finalmente a natureza começa a ser tecnicamente dominada, com tudo o que isto comporta de positivo mas também de negativo. Tal dominação se traduz, necessariamente, com efeito, numa limitação do conhecimento ao seu aspecto conceptual.

O conceito é um instrumento de manipulação da natureza e do homem.

O homem unidimensional, esboçado no racionalismo socrático, afirma-se na aventura do Renascimento. O ponto de aplicação desse racionalismo é a vontade de lucro e de poder característico do capitalismo nascente.

A partir de então, a uma religião que prega a resignação, sucede uma religião implícita fundada na estimulação incessante do desejo.

Neste último quarto do século XX, vivemos uma crise profunda da cultura ocidental e do desenvolvimento faustiano que inspirou. Esse modelo faustiano nasceu com aquilo que se chama o Renascimento Ocidental, que não é apenas um fenômeno cultural, mas também o nascimento conjugado do capitalismo e do colonialismo.

Do capitalismo, isto é, de uma sociedade que criou o homem ocidental unidimensional: aquele que espera, de um desenvolvimento sem fim das ciências e das técnicas, a satisfação de sua vontade de poder e de lucro.

Do colonialismo, isto é, de uma sociedade ocidental que pretende fazer deste homem técnico a medida de tudo, o único centro de iniciativa histórica, e o único criador de valor, negando ou destruindo, em conseqüência, todas as culturas não ocidentais, todas as outras maneiras de pensar e de viver o vínculo do homem com a natureza, com os outros homens, com o divino. (GARAUDY: 1983. p. 19)

O grande processo histórico descrito acima é a chamada "aventura da modernidade" e a complexa dialética de suas conseqüências. Analisando a influência deste amplo processo sobre a religião, Alain Touraine assim se expressa:

A corrente dominante do pensamento ocidental, desde o século XVI até nossos dias, foi materialista. A recorrência a Deus, a referência à alma foram constantemente consideradas como herança de um pensamento tradicional que era preciso destruir. A luta contra a religião, tão viva na França, na Itália e na Espanha, tão central no pensamento de Maquiavel, de Hobbes e dos Enciclopedistas franceses, não foi apenas a rejeição da monarquia de direito divino, do absolutismo reforçado pela Contra-Reforma, da submissão da sociedade civil à aliança entre trono e altar; ela foi a rejeição da transcendência e, mais concretamente, da separação da alma e do corpo, apelo à unidade do mundo e do pensamento dominado pela razão ou pela busca do interesse e do prazer. (TOURAINÉ: 1995., pp. 37, 38).

Implícito a todo este processo, aqui pintado através das penas de Roger Garaudy e Alain Touraine, está a compreensão de que a ideologia modernista apresentou a religião como o passado obscurantista, postulando o triunfo das luzes da razão em oposição às trevas da irracionalidade das crenças.

Assim, no decorrer da história moderna ocorreu a transição da tutela da educação da religião para o estado. No entanto, antes que este processo se concretizasse era necessário que a antiga união Estado X Igreja fosse destruída.

Considerando que as esferas, política e religiosa, "constituem as duas principais formas de concepção do mundo" (PORTELLI: 1984. p. 97), é importante notar que foi no início deste longo processo que ocorreu o lançamento da fundação da cisão entre estas duas esferas da realidade social.

A partir de Nicolau Maquiavel iniciou-se a defesa da autonomia da esfera política em relação à moral e à religião. Passando depois por Spinoza, Hobbes, chega-se a John Locke e dele, ao Iluminismo, o grande movimento que na realidade, consubstanciou as bases para a formação do pensamento contemporâneo. Como diria Urbano Zilles: "O iluminismo ainda não está ultrapassado. Surge como processo que perpassa toda a história espiritual do Ocidente." (ZILLES: 1991. p. 12)

Comentando a importância deste processo de secularização no bojo do qual a educação transferiu-se da tutela da igreja para a tutela do estado, o historiador inglês [Eric HOBBSAWM](#) (1979: pp. 239 e 240), assim se expressa:

Durante grande parte da história e na maior parte do mundo (sendo a China talvez a principal exceção), os termos em que todos os homens, exceto um punhado de pessoas emancipadas e instruídas, pensavam o mundo eram os termos da religião tradicional, e tanto isto é verdade que há países nos quais a palavra "cristão" é simplesmente sinônimo de "camponês" ou mesmo de "homem". Em alguma época anterior a 1848, isto deixou de ser verdade em certas partes da Europa, mas ainda dentro da área transformada pelas duas revoluções. A religião, uma coisa semelhante ao céu, da qual ninguém escapa e que abarca tudo o que está sobre a terra, tornou-se algo parecido com um acúmulo de nuvens, uma grande característica do firmamento humano, embora limitado e variável. De todas as mudanças ideológicas, esta é de longe a mais profunda, embora suas conseqüências práticas não fossem mais ambíguas e indeterminadas do que então se supunha. Em todo caso, é a transformação mais inaudita e sem precedentes.

Portanto, dimensionada a importância histórica da substituição da primazia da esfera religiosa pela primazia da esfera político-econômica sobre toda a existência, sobretudo no mundo Ocidental, este estudo pretende analisar especificamente os principais acontecimentos que assinalaram a transferência do controle da educação da igreja para o estado e, se possível, estabelecer uma visão de conjunto deste processo e finalmente, determinar as possíveis conseqüências de uma tal virada histórica.

A REFORMA PROTESTANTE

Independentemente da influência da obra seminal de Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, é fato reconhecido que a Reforma Protestante desempenhou um papel decisivo na formação da mentalidade moderna.

Em alguns aspectos, a Reforma Protestante se identifica bastante com a mentalidade humanista renascentista e em outros, se opõe veementemente. Veja-se o caso do princípio da liberdade de consciência, que encontrou nos próprios reformadores consideráveis limitações, a partir do momento que submeteram a religião e a educação à tutela do Estado.

Isto porque Martinho Lutero reconhecia a origem divina do poder político e também porque foi devido ao apoio dos príncipes alemães que o mesmo pôde escapar do fim trágico de outros reformadores e expandir seu movimento.

Na realidade, considera-se que a mais importante contribuição de Martinho Lutero para a educação tenha sido a defesa do princípio da obrigatoriedade da frequência escolar. Este princípio se tornaria viável em função da obrigação das autoridades civis de estabelecer e sustentar escolas, o que resultaria no controle estatal da educação.

No entanto, é bom lembrar que o "Estado" ao qual Martinho Lutero deseja submeter o controle da educação não é o Estado Nacional, leigo e secularizado da modernidade Ocidental.

Mas, numa época em que o "ser cristão" se constituía no principal princípio de identidade as pessoas ainda não tinham consciência histórica de pertencer a uma nacionalidade, Martinho Lutero se refere aos principados alemães, com estrutura ainda feudal e que, debaixo da influência pessoal de nobres germânicos, apesar de fazerem parte do chamado Sacro Império Romano Germânico sob a Coroa dos Habsburgos, não possuíam unidade política.

Neste sentido, é interessante mencionar que por ocasião da celebração da Paz de Augsburg, entre Católicos e Luteranos, em 1555, estabeleceu-se que os príncipes tinham o direito de impor sua escolha religiosa a seus súditos, seguindo o princípio *cujus regio, ejus religio*.

Assim, mesmo reconhecendo o papel desempenhado pela Reforma Protestante na transição do controle da educação da Igreja para o Estado, é importante especificar em que termos isto ocorreu: Foi na realidade a passagem do controle da instrução para "autoridades laicas" e também uma crescente configuração de uma fisionomia nacional da educação nos diversos países.

AS IDÉIAS LIBERAIS

No campo ideológico, o passo decisivo para a transferência do controle da educação da Igreja para o Estado foi a crescente predominância da ideologia liberal. Havendo sido desenvolvido pela burguesia ao longo dos séculos XVII e XVIII em sua luta contra a aristocracia e em oposição à aliança entre o Trono e o Altar, o liberalismo consolidou-se como pensamento dominante no século XIX, passando a ser apresentado como representando os ideais da totalidade da sociedade.

Segundo René RÉMOND (1981), na escala de valores liberais, a educação ocupa um lugar tão importante quanto o dinheiro. Em função disto e devido a preocupação liberal com a liberdade, torna-se um dos seus principais objetivos, subtrair o ensino à influência da Igreja, sobretudo católica, vista como principal adversária dos liberais.

Como princípio de continuidade histórica neste trabalho é bom lembrar, apesar das diferenças de conotação, as raízes protestantes do pensamento liberal. Para uma melhor compreensão desta afirmação, veja-se o que diz [Max Weber](#):

O efeito da Reforma, como tal, em contraste com a concepção católica, foi aumentar a ênfase moral e o prêmio religioso para o trabalho secular e profissional. O desenvolvimento ulterior da concepção de vocação, manifestada por ela, passou a

depende do desenvolvimento da religiosidade, na forma em que, daí por diante, foi-se dividindo nas várias igrejas reformadas. A autoridade da Bíblia, da qual Lutero acreditava retirar a autoridade de sua concepção de vocação, favorecia em seu todo uma interpretação tradicionalista. (WEBER: 1994. p. 55).

Assim, observa-se que a idéia de "vocação", que irá nortear a concepção liberal de educação, provém da Reforma Protestante, embora seja bom frisar que o próprio Max Weber advertiu que "a idéia da vocação no sentido religioso era suscetível de interpretações muito diversas em seu significado na conduta secular." (WEBER: 1994, p. 55)

Em função disto, é possível analisar a síntese do pensamento liberal sobre educação feita por Luiz Antônio Cunha e o papel da concepção secularizada de vocação nesta ideologia burguesa:

O principal ideal liberal de educação é o de que a escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, de nenhum privilégio de herança ou dinheiro, de nenhum credo religioso ou político. A instrução não deve estar reservada às elites ou classes superiores, nem ser um instrumento aristocrático para servir a quem possui tempo e dinheiro. A educação deve estar a serviço do indivíduo, do 'homem total', liberado e pleno.

A escola assim preocupada com o Homem, independente da família, classe ou religião a que pertença, irá revelar e desenvolver, em cada um, seus dotes inatos, seus valores intrínsecos, suas aptidões, talentos e vocações. (CUNHA: 1980. p. 34)

Na realidade, a idéia de vocação ocupa uma posição central na manipulação ideológica liberal, na medida em que a mesma desempenha o papel de confirmação dos processos culturais mais favoráveis à manutenção da organização social de interesses e produção (WILLIS: 1991).

Luiz Antônio CUNHA (1980: pp. 34, 35) assim apresenta o fundamento liberal para o que hodiernamente é chamado de "orientação vocacional", mas que na estratégia liberal constitui um poderoso instrumento ideológico sobre os trabalhadores:

É, pois, a partir dos talentos ou vocações individuais (que a escola tem capacidade de despertar e desenvolver) que o indivíduo adquirirá sua posição, isto é, que o indivíduo ocupará na sociedade a posição que seus dotes inatos e sua motivação determinarem e, assim, de acordo com suas próprias aptidões, irá encontrar seu lugar na estrutura ocupacional existente. A educação liberal não considera os alunos ligados às classes de origem, não os considera privilegiados ou não, mas trata-os igualmente, procurando habilitá-los a participar da vida social na medida e proporção de seus valores intrínsecos.

Este individualismo exacerbado do liberalismo, propugnando uma educação impessoal, desenraizando o sujeito e condenando-o ao darwinismo social não faz mais do que introduzir os princípios do capitalismo na educação, condenando-a à função ideológica de dissimular a sua própria dualidade, seu caráter reprodutor e a discriminação social, na medida em que o indivíduo está condenado a sujeitar-se à divisão social do trabalho de origem burguesa.

Ora, a instauração de uma tal estrutura ideológico-cultural pressupunha o afastamento da influência religiosa, enquanto entidade que apela à comunalidade e se opõe à racionalização, princípio diretriz de organização social e da produção do sistema capitalista sob domínio da burguesia liberal.

O ILUMINISMO

O movimento cultural que incorporou o ideário liberal, principalmente no século XVIII, foi o Iluminismo. Apesar da defesa do projeto iluminista de "unidade do conhecimento", as seguintes palavras de Edward O. WILSON (1999: p. 20) demonstram o alcance deste movimento:

Se perguntarmos quais idéias foram as sementes da ética dominante e das esperanças compartilhadas da humanidade contemporânea, quais resultaram em mais avanços materiais na história, quais foram as primeiras de sua espécie e são atualmente mais copiadas, então nesse sentido o Iluminismo, não obstante a erosão de sua visão original e a fragilidade de algumas de suas premissas, tem sido a principal inspiração não apenas da alta cultura ocidental, mas cada vez mais do mundo inteiro.

Apesar desta inegável força de influência sobre o mundo contemporâneo, sendo-lhe atribuído inclusive as raízes mais remotas do horror dos totalitarismos, tanto de esquerda quanto de direita, que floresceram no século XX, a exemplo do reinado do Terror que lhe é contemporâneo, o Iluminismo foi um movimento que deixou sinais contraditórios para a posteridade.

Centrado nas idéias de legalidade e inteligibilidade o Iluminismo desenvolveu o Deísmo como forma de conciliar o passado teocêntrico com a cosmovisão mecanicista herdada da revolução científica do século XVII. Pierre Chaunu, procurando explicar as relações do pensamento das luzes com Deus, assim se expressa:

Mais do que o Deus cristão, o que uma forte corrente literária recusa á a Revelação: efeito prático do multiplicador dos conhecimentos da idade mecanicista. A aquisição racional do conhecimento sobrepô-se, ao nível de muitas consciências, à noção cristã do conhecimento revelado. A recusa da Revelação particular é da ordem da nova fé. A violência do ataque anti-religioso, na primeira metade do século XVIII, tem um caráter religioso: porque as novas idéias introduzem-se nas estruturas mentais herdadas do tempo da cristandade e dá-se a substituição. (CHAUNU: 1985, p. 288)

O mesmo Pierre Chaunu anteriormente afirma que o Iluminismo não é anti-religioso, mas uma adaptação e reinvenção. O que na realidade parece ter ocorrido é a transformação desta ideologia de classe em verdadeira religião. Max Horkheimer e T. Adorno em Conceito de Iluminismo, apresentam com erudição este processo que pode ser considerado a gênese da religião do Ocidente secularizado.

Destacam-se neste processo, os seguintes passos: a ilusória retirada radical do caráter numênico e/ou misterioso do mundo:

O homem tem a ilusão de se ter libertado do medo quando já não há mais nada de desconhecido. Isso determina a via da desmitologização do iluminismo que identifica o animado com o inanimado, assim como o mito identifica o inanimado com o animado. O iluminismo é a angústia mítica que se tornou radical. (HORKHEIMER: 1983, p. 98)

Também, um discurso totalitário, a fetichização de algumas categorias, como a igualdade, e a pretensão à verdade. A própria ciência conserva um objetivo último similar ao da feitiçaria: a possibilidade de dominação do mundo, mudando apenas a metodologia. Enfim, "o princípio de imanência, de explicação de todo acontecer como uma repetição, sustentado pelo iluminismo contra o poder da imaginação mítica, é o princípio do próprio mito." (HORKHEIMER: 1983, p. 95)

Tendo em vista que o interesse de todo o proceder iluminista converge para o homem, a educação desempenha um papel proeminente. A rejeição à tradição determinará novo enfoque curricular, centrado na predominância das ciências exatas e no conseqüente desenvolvimento técnico.

No plano político, o iluminismo traduziu-se em duas formas de governo: a democracia, na França, Inglaterra e Estados Unidos e o despotismo esclarecido, a leste do Reno. Assim como haviam leis naturais que governavam o mundo físico, era necessário descobrir e aplicar as leis que governam a ordem moral e o mundo social: a arte de governo deveria fundamentar-se na

ciência exata e todos os negócios humanos deveriam obedecer a estas leis, sendo os governantes, tanto nas democracias, quanto nas burocracias esclarecidas, encarregados de racionalmente por ordem na vida social e econômica. Em função destas idéias, justificou-se a nacionalização da educação.

Todo este processo pode ser bem representado pela tentativa em França de fazer o professor, o instituteur uma contrapartida leiga do sacerdócio. O instituteur pobre, abnegado, viajando de aldeia em aldeia e ensinando às crianças a moralidade da Revolução e da República seria o antagônista oficial do vigário da aldeia. (HOBSBAWM: 1979).

A SECULARIZAÇÃO

O corolário da ideologia agnóstica do iluminismo foi um amplo processo de secularização e descristianização que tomou conta, primeiramente, dos países centrais do capitalismo e em seguida de sua periferia ocidental.

Sendo portanto um fenômeno notadamente Ocidental, a secularização como um processo progressivo que atinge a sociedade, caracteriza-se pelo declínio da autoridade das instituições religiosas a partir do papel marginal que a religião passa a exercer na sociedade, muito em função da própria tolerância e liberdade religiosa imposta pela modernidade.

Se do lado da sociedade, a modernidade provoca uma pluralização das escolhas devido à privatização e subjetivação do fenômeno religioso, do lado das religiões determina a burocratização eclesial através da introdução do planejamento racional nas instituições religiosas.

No plano político este processo determinou a laicização do Estado, operada num clima de guerra ideológica, que culminou na transferência de atribuições outrora pertencentes à Igreja para o Estado.

Na realidade, segundo René Rémond, a laicização do Estado visava quebrar os laços oficiais, jurídicos ou institucionais que uniam o poder público às igrejas. O processo mais profundo, que tocava nas crenças íntimas e comportamento das pessoas, e que revelava a vitória da ideologia iluminista, era a descristianização da sociedade. Esta traduzia-se pelo desinteresse religioso, a ausência dos locais de culto e a indiferença e descrédito para com o discurso religioso, atingindo uma massa crescente.

Um marco em todo este processo foi a Revolução Francesa. As classes trabalhadoras formadas com a Revolução industrial e as massas urbanas encontravam-se distanciadas da religiosidade, não só por este movimento da história de natureza secularizante, mas também pela própria lentidão das religiões em responder e adequar-se às novas necessidades destas classes sociais recém formadas.

Outros fatores que também intervieram neste processo são assim apresentados por Eric Hobsbawm:

Por volta de 1848, a Europa instruída estava quase madura para o choque de Charles Darwin. A tendência foi reforçada pelo ataque direto de numerosos regimes políticos contra a propriedade e os privilégios legais das igrejas estabelecidas e de seu clero, e pela crescente tendência dos governos ou de outras agências seculares para assumir as funções até então atribuídas em grande parte às ordens religiosas, especialmente – nos países católicos romanos – a educação e a beneficência social. (HOBSBAWM: 1979, p. 244)

Em função de todo este processo histórico, cujas raízes e complexidade este texto procurou sintetizar, ao atingir-se o século XIX, constatou-se uma difusão geográfica sem precedentes da educação. Além disto, a maioria dos países após a nacionalização e/ou laicização do ensino,

procuraram estabelecer "sistemas escolares" concomitantemente a uma revisão de seus programas educacionais, seguindo orientação de teóricos liberais da educação.

Por outro lado, é bom lembrar que mesmo após toda esta evolução histórica Ocidental, a separação Igreja e Estado que conferiu o fundamento jurídico-político para a transferência do controle da educação da Igreja para o Estado, ainda não está tão difundida quanto o "senso comum" prevalecente procura demonstrar. A jornalista norte-americana Flora Lewis, assim descreve a situação desta polêmica relação na atualidade:

Algumas democracias modernas, como Israel e Grã-Bretanha, adaptam-se muito bem à existência de uma religião oficial, enquanto a Igreja Católica desfruta de um status privilegiado em inúmeros países, como Itália, Espanha e Polônia. Na Alemanha, as igrejas Católica e Protestante são subvencionadas pelo Estado; nos EUA, o fisco financia indiretamente as confissões de toda natureza, e o problema (político e jurídico) consiste em saber segundo quais critérios algum grupo pode reivindicar o status de "religião" e os privilégios que o acompanham. (...)

Além disso, o peso da religião na política norte-americana varia em função das circunstâncias: as polêmicas atuais giram em torno do aborto, da oração nos colégios e das subvenções públicas a escolas confessionais. A esse propósito, um influente jornalista do Washington Post concluiu ser saudável uma certa tensão entre política e religião, pois não seria bom uma delas ocupar posição hegemônica, isenta de críticas, à custa da outra. (LEWIS: 1995)

O mais recente exemplo que pode ser apresentado do prevalecimento de forte influência religiosa sobre a educação foi a virtual proibição do ensino do evolucionismo nas escolas do Estado do Kansas (EUA) alcançada pelo lobby político dos criacionistas, em Agosto de 1999.

Até mesmo no Brasil a questão ainda persiste: a Constituição de 1988 em seu artigo 210, parágrafo 1º ao determinar que "o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental", despertou o debate entre as próprias diferentes confissões religiosas. Este "ensino religioso" será ministrado por alguma denominação religiosa? Como serão tratadas as minorias religiosas?

CONCLUSÃO

No início deste trabalho foi colocada a necessidade de uma análise das conseqüências da transferência do controle da educação da Igreja para o Estado. Obviamente este pequeno texto serviu para confirmar que esta inversão histórica é bem recente e que sobretudo caracteriza o mundo ocidental secularizado.

Percebeu-se que este é um processo contraditório e dialético, a partir do momento que uma de suas raízes mais remotas pode ser atribuída ao próprio movimento da Reforma Protestante, ou melhor dizendo, à secularização de algumas propostas da Reforma Protestante.

Por outro lado, o movimento histórico estabelecido com a sucessão de acontecimentos que caracterizaram a idade moderna, tais como a revolução científica do século XVII, o iluminismo do século XVIII e a cosmovisão mecanicista e deísta então instaurada e que decretaram a ciência como única instância reconhecida de descrição da realidade, fizeram com que uma ciência de cunho materialista se tornasse a determinante dos conteúdos, dos métodos e objetivos da educação.

Sem nos determos na instrumentalização político-ideológica que tem vitimado a educação ao longo do século XX, sendo colocada a serviço das mais esdrúxulas experiências políticas, ora de esquerda, ora de direita, ou servindo aos interesses de formação de mão-de-obra para atender o grande capital internacional, destaca-se a impossibilidade da educação, laicizada e sob determinação tecnocrática, religar o indivíduo com a totalidade.

Ou seja, a educação sob a tutela do Estado, perdeu muito de sua função de orientação transcendental, ou liminaridade, que faz com que a mesma proporcione aos educandos explicação dos mistérios e do sentido da existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO & VISALBERGHI, N & A. **Historia de la Pedagogía**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica. 1995.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CHAUNU, Pierre. **A Civilização da Europa das Luzes**. Vol I. 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1985.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980.

EBY, Frederick. **História da Educação Moderna**. Porto Alegre: Globo, 1962.

GARAUDY, Roger. **O Ocidente é um Acidente: Por um diálogo das civilizações**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1983.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789 - 1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEWIS, Flora. **O Reconforto da Certeza**. Em: O Correio da Unesco. 02/1995

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)

MARTELLI, Stefano. **A Religião na Sociedade Pós-Moderna: Entre secularização e dessecularização**. São Paulo: Paulinas, 1995.

MOSCA, Gaetano, Gaston Bouthoul. **História das Doutrinas Políticas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a Questão Religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1984.

RÉMOND, René. **O Século XIX: 1815 - 1914**. São Paulo: Cultrix. 1981.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)

Textos Escolhidos. **Max Horkheimer**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 8ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

WILLIS, Paul. **Aprendendo a Ser Trabalhador: Escola, resistência e reprodução social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WILSON, Edward Osborne. **A Unidade do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ZILLES, Urbano. **Filosofia da Religião**. São Paulo: Paulinas, 1991.

ATENÇÃO: Artigo Publicado em: Comunicações. Caderno do Programa de Pós - Graduação em Educação da UNIMEP. Universidade Metodista de Piracicaba. Ano 7, nº I - Junho/2000. ISSN 0104 - 8481